

Visões contra-hegemônicas da nação em contos de Maria Firmina dos Reis e Júlia Lopes de Almeida

Laísa Marra¹

Neste texto, concentrarei minha atenção na metáfora da *maternidade* para problematizar, pelo ângulo de Maria Firmina dos Reis (1822-1917) e Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), o binômio gênero-nação. Mais especificamente, a proposta é examinar como Firmina dos Reis e Lopes de Almeida, escritoras tão diferentes (social e literariamente), criaram em torno da relação maternidade-nação e como o fator racial ganha significado em cada um dos contos analisados, a saber: *A escrava*, de 1887, e *Os porcos*, de 1903.

Como se sabe, maternidade e paternidade são metáforas recorrentes quando se fala em nação na medida em que se relacionam com os signos da fertilidade, do nascimento, da filiação, os quais são de suma importância para a autoimagem do Estado moderno como um ente orgânico. *Lutar pela pátria, defender a língua materna* – estão aí algumas das expressões que, dentre tantas outras, encapsulam a ideia de nacionalidade no âmbito do que é umbilicalmente familiar, congênito. Se, por um lado, não há novidade nenhuma nessa ideia; por outro, caberia ainda indagar o que as mulheres imaginaram sobre o tema em momentos-chave da História. Conforme Cláudia Maia, em *Gênero e nação: reflexões a partir da literatura e da crítica feminista*,

Se as narrativas masculinas da nação celebram a domesticidade feminina e as mulheres aparecem geralmente como corpos dóceis, passivos, submissos ou incompatíveis com a república, as narrativas femininas parecem subverter essa lógica ao destacar a insubmissão feminina. (2014, p. 137).

A autora argumenta que as apropriações feministas das reflexões de Benedict Anderson (2008) têm ampliado o panorama esboçado pelo autor ao questionar que a *comunidade imaginada* se dá nos termos de uma "fraternidade", de um conjunto masculino de agentes. Para Maia (2014), ao não considerar o lugar específico das mulheres nas confabulações em torno de nação, Anderson deixaria de enxergar as diferenciações de gênero que inscreveram os homens como agentes, soldados, filhos da nação; e as mulheres como procriadoras de homens.

Assim, por um lado temos em Anderson (2008) uma crítica que, de fato, menciona as minorias, inclusive raciais, como problema para imaginação nacional tornada hegemônica, mas que não aprofunda sobre a especificidade das mulheres nesse processo. Por outro lado,

¹ Professora de Literatura da Universidade Estadual do Ceará. Doutora em Teoria da Literatura e Literatura Comparada (UFMG). laisamarra@gmail.com

vemos que Maia (2014) faz uma crítica a Anderson (2008) reivindicando o lugar de *uma mulher* ou *da brasileira* sem outros marcadores senão o sexo biológico, desconsiderando que a imaginação da mulher como *ventre da nação* é, na verdade, racializada, na medida em que nem todas as mulheres foram/são imaginadas como genitoras.

Além disso, este texto é instigado pela dificuldade em verificar a noção de *narrativas femininas* como algo homogêneo, sem nenhum outro marcador exceto o gênero, na medida em que ela parece insuficiente para dar conta de um universo tão amplo. De todo modo, gostaria de investigar essa ideia (da relação entre nação e narrativas produzidas por mulheres) através de uma das metáforas mais comuns quando se trata da figuração da nação: a maternidade.

O momento de transição entre o século XIX e XX é fascinante por diversos motivos, dentre os quais destaco o fato de que no Brasil a escravidão e a monarquia foram extintas, quase simultaneamente, nos últimos anos do século XIX, abrindo caminho para as assim chamadas novas ideias. Partindo do pressuposto que a Proclamação da República representou para muitos dos seus contemporâneos uma espécie de "Nova independência" nacional (SCHWARCZ, 1993) e que tudo parecia girar em torno das novidades tecnológicas, políticas, científicas e artísticas, chamo a atenção para dois contos: *A escrava*, publicado (na *Revista Maranhense*) por Maria Firmina dos Reis em 1887, portanto no apogeu da campanha abolicionista; e *Os porcos*, publicado por Júlia Lopes de Almeida em 1903 no livro *Ânsia eterna*. Apenas dezesseis anos separam essas publicações. A primeira, escrita num estilo romântico que já estava em decadência; a segunda, conforme a estética naturalista que, como se sabe, foi um lugar privilegiado para a disseminação e exploração de teorias raciais. Apesar das muitas diferenças, os contos se aproximam por personificar conflitos envolvendo maternidade e descendência que, acredito eu, trazem poderosas imagens dos impasses daquele momento histórico, como pretendo demonstrar a seguir.

Os porcos narra, em terceira pessoa, a trajetória de Umbelina, uma "cabocla" grávida, abandonada pelo amante branco (filho do dono da fazenda) e por seu próprio pai (também *cabloco*), sendo que esse último prometera dar o neto de comer aos porcos assim que ele nascesse. Instaura-se logo no começo o conflito da trama. Parafraseando o conto, a questão seria entender se podemos fugir ao nosso *destino*. Umbelina, apesar de não querer o filho e de ela mesma planejar um infanticídio, também não deseja vê-lo sendo devorado pelos porcos. No entanto, ela sabe que o pai seria capaz disso, e na verdade a voz narrativa nos conta que "os porcos eram um bom sumidouro para os vícios dos caboclos" (ALMEIDA, 2019a, p. 24), vez ou outra aparecia um braço de bebê pelo aboboral confirmando a prática. O restante do

conto coloca-nos, leitoras/es, nessa tensão. Conhecemos então o plano de vingança de Umbelina: parir (para usar o verbo naturalista) na porta da casa do amante e deixar lá o bebê morto para causar no homem algum tipo de remorso. Na madrugada do trabalho de parto, ela sai do local onde mora e caminha até a sede da fazenda. Acaba parindo no meio do trajeto (na posição de quatro apoios, acrescente-se), vê o bebê (acha-o "bonito", acha-o "branco", o beija e amamenta), porém logo vai perdendo as forças e o sentido. A última imagem que vê, ali no lindo panorama da aurora, é a de uma porca que carrega o seu bebê pela boca:

Foi no meio daquela doce transformação da luz que Umbelina mal distinguiu um vulto negro, que se aproximava lentamente, arrastando no chão as mamas pelancosas, com o rabo fino, arqueado, sobre as ancas enormes, o pelo hirt, irrompendo raro da pele escura e rugosa, o olhar guloso, estupidamente fixo: era uma porca.

Umbelina sentiu-a grunhir, viu confusamente os movimentos repetidos do seu focinho trombudo, gelatinoso, que se arregaçava, mostrando a dentuça amarelada, forte. Um sopro frio correu por todo o corpo da cabocla, e ela estremeceu ouvindo um gemido doloroso, dolorosíssimo, que se cravou no seu coração aflito. Era do filho! Quis erguer-se, apanhá-lo nos braços, defendê-lo, salvá-lo... mas continuava a esvair-se, os olhos mal se abriam, os membros lassos não tinham vigor, e o espírito mesmo perdia a noção de tudo.

Entretanto, antes de morrer, ainda viu, vaga, indistintamente, o vulto negro e roliço da porca, que se afastava com um montão de carne pendurado nos dentes, destacando-se isolada e medonha naquela vastidão cor de rosa. (ALMEIDA, 2019a, p. 28)

Antes de traçar qualquer conclusão sobre o conto de Lopes de Almeida, passemos logo ao de Maria Firmina dos Reis (2004), para depois contrastar suas resoluções e as metáforas que nos sugerem.

A escrava tem uma organização narrativa mais complexa. A voz narrativa, em terceira pessoa, nos apresenta uma senhora abolicionista que, num salão, entre pessoas da alta sociedade, defendia o fim da escravidão. Numa narrativa encaixada, essa personagem conta então um fato que lhe aconteceu. Estando sozinha em sua propriedade rural, essa senhora um dia encontrou um jovem que, pela aparência ("corpo seminu", "coberto de recentes cicatrizes" [2004, p. 247]), imediatamente lhe pareceu um "calhambola" (2004, p. 248). Apesar do medo que ele inspirava, ela logo se solidariza com seu olhar amedrontado e comovido. Aliás, essa troca de olhares entre as personagens é bastante significativa para a construção da subjetividade de cada um deles, conforme procurei demonstrar em trabalho anterior (MARRA, 2018). O jovem, que se chamava Gabriel, lhe conta que havia fugido porque estava em busca de sua mãe, Joana – que, antes dele, fugira dos açoitantes.

Mais adiante, Joana é encontrada "desfalecida" e é levada à casa da senhora abolicionista. Lá, numa narrativa encaixada, ela narra sua história: "deixe-me morrer

amaldiçoando os meus carrascos" (2004, p. 257). Segundo conta, sua mãe era uma africana escravizada e seu pai um indígena livre que trabalhara duramente para comprar a alforria da filha. Quando Joana fez 5 anos, seu pai deu ao senhor de escravos o valor de sua liberdade. O senhor de escravos recebeu o dinheiro e lhe entregou uma falsa carta de alforria, aproveitando-se do analfabetismo do casal. Joana cresceu como escrava. Anos depois, seus dois filhos (Carlos e Urbano) menores foram tirados dela por um "traficante de carne humana" (2004, p. 256) numa situação que é descrita enfatizando toda a violência física e emocional envolvida. Importante frisar que os meninos tinham 8 anos, indicando que a venda deles teria acontecido depois da Lei do Ventre Livre. Conforme a Lei, o senhor de escravos teria que manter as crianças até oito anos sob sua tutela, quando poderia pedir do Estado a indenização de 600\$000, ou optar por se utilizar da força de trabalho do tutelado até a idade de 21 anos (18, no caso das mulheres). Além disso, o artigo 4, parágrafo 7, da referida lei proibia o afastamento de crianças menores de doze anos de seus pais: "Em qualquer caso de alienação ou transmissão de escravos, é proibido, sob pena de nullidade, separar os conjuges, e os filhos menores de 12 annos, do pai ou da mãe." (BRASIL, 1871).-

Depois de narrar sua história, Joana morre. Sua memória é a maldição que ela lança aos carrascos, porque no outro dia o senhor de escravos, o refinado Senhor Tavares aparece na casa da senhora abolicionista perguntando pelo paradeiro de seus cativos. E aqui eu cito a cena final do conto quando a senhora abolicionista entrega ao senhor de escravos a alforria de Gabriel:

Rasgou o subscrito, e leu-os. Nunca em sua vida tinha sofrido tão extraordinária contrariedade.

- sim, minha cara senhora, redarguiu, terminando a leitura; o direito de propriedade, conferido outrora por lei a nossos avós, hoje nada mais é que uma burla... [...]

- desculpe-me, senhor Tavares, disse-lhe: Em conclusão, apresento-lhe um cadáver e um homem livre. Gabriel, ergue a fronte, Gabriel, és livre! (REIS, 2004, p. 262).

Rascunhados os enredos dos contos, passo agora a algumas considerações que considero pertinentes. Em primeiro lugar, destaco que não estou lendo esses textos como simples representações de um tempo. Na verdade, o que me move a pensar sobre eles é a tensão sobre a qual eles criam e o resultado tão diferente dessas criações. Vamos primeiro a essa tensão. Assim como na Independência de 1822, na "Nova Independência", isto é, na República, a elite vê a questão da mestiçagem como um enigma (SCHWARCZ, 1993) – para dizer o mínimo e para conseguir sintetizar em uma palavra a enorme gama de perspectivas, desde Silvio Romero até Nina Rodrigues e João Batista Lacerda (SCHWARCZ, 1993; 2006).

É notória a centralidade desse assunto no entre séculos. Para ser mais precisa, lembro que Conceição Evaristo (2003; 2009) e Eduardo de Assis Duarte (2009) concluíram, cada qual em sua própria revisão da literatura brasileira canônica, que na escrita de pessoas brancas, as mulheres negras são estéreis. Isso é absolutamente verdadeiro para o período ao qual me refiro (século XIX), e, na verdade, se estende por boa parte do século XX. Em outras palavras, há um bloqueio, ou mesmo uma censura da figuração da mulher negra como mãe. Por mais reacionário que seja significar a categoria mulher como "mãe" de soldados, "mãe de cidadãos", devemos reconhecer que o silêncio sobre a maternidade negra, bem como a morte pós-parto da mãe indígena são significantes na literatura de uma rasura: a rasura da herança não-branca.

Nesse sentido, o conto de Maria Firmina dos Reis denota uma originalidade de imaginação sem precedentes: ali temos a personificação de duas maternidades negras – a mãe africana de Joana e a própria Joana. O jovem Gabriel é a herança, a continuidade dessas duas mães (e de nenhum homem branco) no limiar entre o século XIX e o XX. Na cena final, significativamente passada num crepúsculo, ele é o jovem que ouve a memória da mãe – de certo modo, *sua* memória de diáspora, escravidão, família, amor –, ao mesmo tempo em que é chamado à liberdade. Ele é a própria figuração de um *ventre livre* – com toda a poética e a violência que essa expressão enseja.

Como dito anteriormente, os dois contos analisados tratam de descendência. *Os porcos* é, a meu ver, uma releitura naturalista do mito alencariano do primeiro brasileiro, o Moacir nascido do ventre indígena para ser cultivado pelo pai europeu. Tanto Umbelina quanto Iracema são abandonadas por seus amantes (apesar de as narrativas tratarem disso de maneiras discursivamente diferentes) e morrem tão logo dão à luz. Porém Lopes de Almeida dá um desfecho grotesco para esse fruto da mestiçagem: em meio à aurora, logo após o nascimento – ou seja, em contraste com duas imagens sublimes de começo e esperança, o bebê que Umbelina descobre tão *bonito e branco* é devorado por uma porca. Uma vez que o conto aborda essa questão dentro da esfera do "destino", caberia questionar qual é o destino da "cabocla", do sujeito miscigenado no Brasil do novo século? Aparentemente, esse *destino* seria *naturalmente* e invariavelmente a extinção.

Considerando a solução algo mais otimista de Reis, notamos que as visões dessas duas autoras com relação ao crepúsculo de um século e a aurora de outro não formam uma imagem coesa. Em outras palavras, se é verdade que elas se aproximam por se opor à hegemônica e onipotente imagem alencariana de nação (masculina e *embranquecível*), é também verdadeiro que elas se distanciam enormemente entre si. E não só nas estéticas adotadas, mas

principalmente nos seus substratos ideológicos. A personagem negra de Firmina dos Reis é, sobretudo, um sujeito, com história e memória, fatores esses que conduzem ao direito de futuro. A personagem *cabocla* de Almeida é, por outro lado, um ser animalizado – tinha um "coração selvagem" (ALMEIDA, 2019a, p. 26), uma "bestialidade" (2019a, p. 25) –, que, por isso mesmo, não contribui para a "raça de gigantes, ainda não nascida", conforme idealizam as personagens de *A falência*, romance que Almeida (2019b, p. 103) publicara em 1901, quando pensam na contribuição étnico-racial que os imigrantes estariam trazendo para o Brasil naquela virada de século:

Todas essas terras, ainda hoje virgens, serão num dia melhor a glória do mundo, quando ele, esgotado pela exploração das outras, voltar para elas olhos de amor. Guardam a sua fecundidade para uma outra raça, de grandes ideais, que ainda há vir. Tão formosas promessas não se fazem ao vento...
– Outra raça... Outra raça... Vinda de onde?! Nascida de quem?!
– Da nossa, talvez; e das outras. As gerações que definham nos países velhos aperfeiçoam-se e revigoram-se os novos. (2019b, p. 109)

Maria Firmina dos Reis foi provavelmente a pessoa que criou com mais subjetividade e complexidade personagens negras em toda a literatura nacional oitocentista (MARRA, 2020). Em *A escrava*, o enredo tem uma agenda política clara, idealizando um mundo que poderia vir ser a partir de alianças políticas fundadas em compromissos éticos e revolucionários.

Júlia Lopes de Almeida, cuja obra mais representativa foi escrita dentro de uma estética realista com nuances naturalistas, desconfia das sedutoras promessas de progresso. Em *Os porcos*, vemos que no lugar da ordem, a autora inscreve a imagem do caos e da violência, porém faz isso dentro do lugar comum da animalização do indígena e do pobre, o que contrasta com o fato de que em *A falência*, por exemplo, a autora não deixa de se engajar na imaginação literária de uma nação vindoura que incluiria, pela via do trabalho e da educação, as mulheres brancas no seu ideal de cidadania.

Pensando nisso, cabe mencionar, à guisa de conclusão, que Almeida foi autora de diversos livros, entre ficção e não-ficção, em que fica evidente o relevo dado ao tema da maternidade. Contudo, diferentemente de Maria Firmina dos Reis, que reservou um espaço considerável em sua ficção para a elaboração de questões relativas à maternidade africana e afro-brasileira num contexto de escravidão, *maternidade* aparece na escrita de Júlia Lopes de Almeida dentro de uma concepção burguesa. Além da crítica à inatividade e à pouca instrução da senhora da elite – atributos que, no geral, compõem o enredo e as protagonistas de seus romances –, a autora publicou uma considerável obra fora da ficção advogando em favor da importância da educação das mulheres enquanto pilares civilizacionais (*Livro das noivas*

[1896], *Livro das donas e donzelas* [1906]; *Eles e elas* [1910]; *Maternidade* [1924-1925] etc.).

Em *Maternidade*, Almeida (1924-25) argumenta que a qualidade da instrução das genitoras determina a qualidade de uma nação, o que, conforme temos exposto neste texto, precisa ser lido de maneira crítica, considerando-se que a ideia de "mulheres" na obra da autora parece se restringir às brancas. Por isso, reitero o que foi afirmado anteriormente acerca do fundamento ético latente nas narrativas de Maria Firmina dos Reis, a qual, não só em *A escrava*, mas também no romance *Úrsula*, apresenta-nos personagens racializadas que insistem em contar sobre maternidade no âmbito do *direito à nação* que a gestação pressupõe.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Júlia Lopes de. Os porcos. In: Almeida, Júlia Lopes de. *Ânsia eterna*. Rio de Janeiro: Vermelho Marinho, 2019a.

ALMEIDA, Júlia Lopes de. *A falência*. São Paulo: Penguin Classics; Companhia de Letras, 2019b.

ALMEIDA, Júlia Lopes de: *Maternidade*. Rio de Janeiro: Ed. Olivia Herdy de Cabral Peixoto [1924-1925].

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

DUARTE, Eduardo de Assis. Mulheres marcadas: literatura, gênero, etnicidade. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 63-78, 2009.

EVARISTO, Conceição. Gênero e Etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: Seminário Nacional Mulher e Literatura, 10; Seminário Internacional Mulher e Literatura, 1. UFPB, 2003. Disponível em: <<https://inegalagoas.files.wordpress.com/2020/05/gc3aanero-e-etnia-conceic3a7c3a3o-evaristo.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2023.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4365>>. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. *Constituição* (1824). Lei Nº 2.040, de 28 de setembro de 1871.-

MAIA, Cláudia J. Gênero e nação: reflexões a partir da literatura e da crítica feminista. *Iberic@al*, Paris, n. 6, p. 131-142, 2014.

MARRA, Laísa. A construção do sujeito negro em *A escrava*, de Maria Firmina dos Reis. In: DUARTE, Constância Lima; TOLENTINO, Luana; BARBOSA, Maria Lúcia; COELHO,

Maria do Socorro Vieira. *Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora*. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

MARRA, Laísa. *A narrativa de Maria Firmina dos Reis: nação e colonialidade*. 2020. 191 f., Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula; A escrava*. Atualização do texto e posfácio de Eduardo de Assis Duarte. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz: "Quando a desigualdade é diferença: reflexões sobre antropologia criminal e mestiçagem na obra de Nina Rodrigues". *Gaz. méd. Bahia*, v. 76, Suplemento 2, p. 47-53, 2006.